



Ata n.º 26/2026

Procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 5 postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria (ref. PC.11.2025)
Técnico Superior | área Gestão

Aos 18 dias do mês de junho do ano de 2026, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o júri designado para o procedimento identificado em epígrafe, constituído pela Diretora do Departamento de Educação e Cultura, em regime de substituição, Sr.ª Dr.ª Sofia Pereira, pelo Diretor do Departamento de Contratação Pública, em regime de substituição, Sr. Dr. Márcio Artur Santos Serrano, e pelo Chefe da Divisão de Comércio e Atividades Económicas, em regime de substituição, Sr. Dr. Pedro Miguel Vitorino Santos, como presidente e vogais, respetivamente, para proceder à elaboração e aprovação da prova de conhecimentos e critérios de correção.

As provas de conhecimentos (PC) serão aplicadas e classificadas conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do art.º 36.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugada com o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 17.º, alínea a) do n.º 2 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 21.º, todos da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, com as seguintes especificidades: Assumirão a forma escrita, revestirão natureza teórica, serão de realização individual, em suporte de papel, comportando apenas 01 fase, com a duração de 01 hora e 30 minutos, com 30 minutos de tolerância, e incidirão sobre o conteúdo de natureza genérica e específica indicado no ponto 4.2.1. do aviso integral de abertura, sendo garantido o anonimato do candidato para efeitos de correção.

Os parâmetros de avaliação serão:

a) Conteúdo de natureza genérica e específica, visando avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas diretamente relacionadas com as exigências da função, incluindo o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa, a avaliar nos termos a seguir indicados: Constituída por 10 questões (Q) de escolha múltipla, cotadas para 1 valor cada, por duas questões de resposta direta, cotadas para 02 valores cada, e por 01 questão de desenvolvimento, cotada para 06 valores, sendo a avaliação expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas;

b) O modelo de grelha de aplicação do método de seleção encontra-se em anexo (Anexo 1).

Atentos os parâmetros fixados, o júri deliberou, por unanimidade:

1) Aprovar as provas de conhecimentos a que serão submetidas no dia 19 de junho de 2026 os candidatos admitidos ao procedimento concursal identificado em epígrafe, bem como os correspondentes critérios de correção, que se encontram em anexo (Anexo 2);

Por mais não haver a tratar, foram dados por findos os trabalhos de que se lavrou a presente ata que vai ser assinada por todos os membros do Júri.

O Júri



ANEXO 1

Código da Prova	Q01	Q02	Q03	Q04	Q05	Q06	Q07	Q08	Q09	Q10	Q11			Q12			Q13			Observações:
											1,50	0,25	0,25	1,50	0,25	0,25	5,00	0,50	0,50	
	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	(conteúdo)	(expressão escrita)	(acentuação/ortografia)	(conteúdo)	(expressão escrita)	(acentuação/ortografia)	(conteúdo)	(expressão escrita)	(acentuação/ortografia)	



ANEXO 2

Procedimento concursal comum de recrutamento tendo em vista a ocupação, por tempo indeterminado, de 5 postos de trabalho não ocupados do mapa de pessoal da Câmara Municipal de Leiria (ref. PC.11.2025)
Técnico Superior | área Gestão

Código de identificação do candidato:

(deverá conter quatro números e duas letras em maiúsculas)

PROVA de CONHECIMENTOS

COTAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: 20 VALORES

TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA: 01 HORA e 30 MINUTOS, COM 30 MINUTOS DE TOLERÂNCIA, COM POSSIBILIDADE DE CONSULTA DE LEGISLAÇÃO, NÃO ANOTADA E NÃO COMENTADA, DESDE QUE EFETUADA EM SUPORTE DE PAPEL.

NÃO ESCREVA O SEU NOME, NEM PONHA A SUA RUBRICA EM PARTE ALGUMA DAS FOLHAS DA PROVA, SOB PENA DA MESMA SER ANULADA.

IDENTIFIQUE A SUA PROVA DE CONHECIMENTOS EXCLUSIVAMENTE COM O NÚMERO DE CÓDIGO DE CANDIDATO(A) QUE LHE FOR ATRIBUÍDO.

DATA DA PROVA: 19/06/2026

INÍCIO DA PROVA: 14 h 30 m

GRUPO I

(Constituído por 10 questões (Q) de escolha múltipla, cotadas para 1 valor cada)

Em caso de engano, deve colocar um círculo à volta do(s) X que NÃO deva(m) ser considerado(s)

1. Assinale a resposta correta com um X

QUESTÃO: Não existe o dever de decisão dos órgãos da Administração Pública quando:

a) Há menos de seis meses, contados da data da apresentação do requerimento, o órgão competente tenha praticado um ato administrativo sobre o mesmo pedido, formulado pelo mesmo particular com os mesmos fundamentos.	
b) Há menos de um ano, contado da data da apresentação do requerimento, o órgão competente tenha praticado um ato administrativo sobre o mesmo pedido, formulado pelo mesmo particular com os mesmos fundamentos.	
c) Há menos de dois anos, contados da data da apresentação do requerimento, o órgão competente tenha praticado um ato administrativo sobre o mesmo pedido, formulado pelo mesmo particular com os mesmos fundamentos.	X

Fundamentação: n.º 2 do artigo 13.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual.

**2. Assinale a resposta correta com um X**

QUESTÃO: Os atos, contratos e demais instrumentos jurídicos remetidos ao Tribunal de Contas para fiscalização prévia consideram-se visados ou declarados conformes se não tiver havido decisão de recusa de visto no prazo de:

a) 10 dias após a data do seu registo de entrada.	
b) 20 dias após a data do seu registo de entrada.	
c) 30 dias após a data do seu registo de entrada.	X

Fundamentação: n.º 1 do artigo 85.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual.

3. Assinale a resposta correta com um X

QUESTÃO: Os órgãos representativos do Município são:

a) A Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.	X
b) Câmara Municipal e o Presidente da Câmara Municipal.	
c) A Assembleia Municipal, a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara Municipal.	

Fundamentação: n.º 2 do artigo 5.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

4. Assinale a resposta correta com um X

QUESTÃO: No caso de um procedimento de formação de um contrato de empreitada de obras públicas, o prazo mínimo para a apresentação de propostas em concursos públicos sem publicidade internacional é de:

a) 7 dias	
b) 14 dias	X
c) 30 dias	

Fundamentação: n.º 1 do artigo 135.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

5. Assinale a resposta incorreta com um X

QUESTÃO: Os diretores dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas exercem, relativamente ao pessoal não docente, os seguintes poderes:

a) Fixação do horário de trabalho.	
b) Poder disciplinar de aplicação de pena inferior a multa.	



c) Realização da avaliação de desempenho.	X
---	---

Fundamentação: n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, diploma legal que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação.

6. Assinale a resposta correta com um X

QUESTÃO: A transferência de competências para as autarquias locais concretiza:

a) Os princípios da boa administração, da proporcionalidade e da descentralização administrativa.	
b) Os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.	X
c) Os princípios da boa administração, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local.	

Fundamentação: Artigo 1.º da Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

7. Assinale a resposta incorreta com um X

QUESTÃO: Nos termos do Código do Procedimento Administrativo, à contagem dos prazos são aplicáveis as seguintes regras:

a) Não se inclui na contagem o dia em que ocorra o evento a partir do qual o prazo começa a correr.	
b) O prazo fixado não se suspende nos sábados, domingos e feriados.	X
c) Na contagem dos prazos legalmente fixados em mais de seis meses, incluem-se os sábados, domingos e feriados.	

Fundamentação: Alíneas b), c) e d) do artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual.

8. Assinale a resposta correta com um X

QUESTÃO: A autorização para a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e as juntas de freguesia, por parte dos municípios, é da competência:

a) Da Assembleia Municipal	X
b) Da Câmara Municipal	
c) Da Assembleia de Freguesia	

Fundamentação: alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

**9. Assinale a resposta correta com um X**

QUESTÃO: A transferência das competências no domínio da ação social envolve a transferência, para os municípios, das dotações inscritas:

a) No Orçamento Intermunicipal.	
b) No Orçamento de Financiamento da Descentralização	
c) No Fundo de Financiamento da Descentralização	X

Fundamentação: n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, diploma que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.

10. Assinale a resposta incorreta com um X

QUESTÃO: Os mercados municipais devem preencher, nomeadamente, os seguintes requisitos:

a) Dispor de espaços identificados e delimitados, com dimensões adequadas ao volume de vendas e natureza dos produtos.	
b) Estar organizados por setores, de forma a haver perfeita delimitação entre os tipos de produtos comercializados, particularmente entre setores de produtos alimentares e não alimentares.	
c) Dispor de infraestruturas necessárias e adequadas ao funcionamento e à respetiva dimensão, as quais devem ser suficientemente polivalentes de modo a permitir a comercialização de uma vasta gama de produtos e serviços inerentes	X

Fundamentação: artigo 69.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

Grupo II**Questões de resposta direta****Questão 11**

(Cotada com 02 valores)

Cotação: Conteúdo: **1,50 valores**; Expressão Escrita: **0,25 valores**, aos quais são descontados 0,05 valores por cada inconformidade detetada até ao limite de 0,00 valores; Acentuação/Ortografia: **0,25 valores**, aos quais são descontados 0,05 valores por cada inconformidade detetada até ao limite de 0,00 valores.

Estes parâmetros apenas serão valorados caso o conteúdo das respostas esteja correto, ainda que parcialmente, e valorado com mais de 0,75 valores.

QUESTÃO: Com a transferência de competências para os municípios, quais os recursos que poderão ser atribuídos / transferidos a estas entidades para o exercício dessas competências?

Resposta relativa ao conteúdo:



- Para o exercício das competências poderão ser atribuídos / transferidos recursos financeiros, patrimoniais e humanos – 0,25 valores pela identificação de cada recurso, no total de 0,75 valores;
- Pela identificação de cada norma legal – artigo 5.º, 7.º e 8.º da Lei-Quadro da Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – 0,25 valores, no total de 0,75 valores.

Questão 12

(Cotada com 02 valores)

Cotação: Conteúdo: **1,50 valores**; Expressão Escrita: **0,25 valores**, aos quais são descontados 0,05 valores por cada inconformidade detetada até ao limite de 0,00 valores; Acentuação/Ortografia: **0,25 valores**, aos quais são descontados 0,05 valores por cada inconformidade detetada até ao limite de 0,00 valores. Estes parâmetros apenas serão valorados caso o conteúdo das respostas esteja correto, ainda que parcialmente, e valorado com mais de 0,75 valores.

QUESTÃO: O Senhor António, feirante que exerce a atividade a retalho de forma não sedentária na feira do Município de Sol Verde, veio requerer a renovação automática do espaço de venda que lhe havia sido atribuído.

Indique o sentido da decisão que poderá ser tomada em relação ao pedido apresentado pelo Senhor António, bem como o fundamento legal aplicável.

Resposta relativa ao conteúdo:

- Na atividade a retalho de forma não sedentária não é possível a renovação automática da atribuição do espaço de venda, devendo o pedido ser objeto de indeferimento – 0,75 valores;
- A correta identificação da norma legal – n.º 4 do artigo 80.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro – 0,75 valores. Caso indique apenas o artigo, sem que faça referência ao n.º 4, a pontuação será de 0,40 valores.

Grupo III

Questão de desenvolvimento

Questão 13

(Cotada para 06 valores)

Cotação – Conteúdo: **5 valores**; Expressão Escrita: **0,50 valores**, aos quais são descontados 0,05 valores por cada inconformidade detetada até ao limite de 0,00 valores; Acentuação/Ortografia: **0,50 valores**, aos quais são descontados 0,05 valores por cada inconformidade detetada até ao limite de 0,00 valores. Estes parâmetros apenas serão valorados caso o conteúdo das respostas esteja correto, ainda que parcialmente, e valorado com mais de 1,50 valores.

QUESTÃO – O Município de Leiria celebrou um contrato de empreitada para a construção de uma escola do 1.º ciclo do ensino básico, na sequência de um procedimento de contratação, cujo valor foi de €827.544,20. Indique os aspetos de facto e de direito relevantes que estiveram na base da análise, da preparação e da tramitação do procedimento, referindo e explicitando as atribuições e competências do Município, o tipo de procedimento, o fundamento legal para a decisão



de contratar, as disposições legais aplicáveis ao procedimento desde o anúncio até à proposta de decisão de adjudicação, os requisitos para a outorga do contrato e seu modo de assinatura, bem como a tramitação legal após a celebração do contrato e o início da sua execução.

Resposta relativa ao conteúdo:

- i) Identificação da atribuição do Município de Leiria prevista na alínea d) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – 0,25 valores pela identificação da atribuição.
- ii) Identificação da competência da Câmara Municipal de Leiria prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – 0,25 valores pela apresentação da competência.
- iii) Identificação do concurso público - alínea b) do n.º 1 do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, na sua redação atual - 0,25 valores pela identificação do concurso público e 0,25 valores pela apresentação da disposição legal.
- iv) Identificação da norma que determina o início do procedimento (decisão de contratar) prevista no artigo 36.º do CCP – 0,50 pela identificação correta das normas.
- v) Identificação das normas legais aplicáveis à tramitação processual do concurso público previstas nos artigos 130.º a 154.º do CCP – 0,50 pela identificação correta das normas.
- vi) Identificação dos requisitos para outorga do contrato, nos termos do n.º 1 do artigo 104.º do CCP:
A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º;
 - d) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º.– 0,20 valores pela identificação de cada requisito e 0,20 valores pela apresentação da disposição legal.
- vii) Identificação das formas de assinatura do contrato, nos termos do n.º 3 do artigo 104.º do CCP:
O contrato pode ser assinado com:
 - a) Assinatura presencial;
 - b) Assinatura por meios eletrónicos– 0,25 valores pela identificação das formas de assinatura e 0,25 valores pela apresentação da disposição legal.
- viii) Identificação da obrigatoriedade de publicação da formação do contrato no portal dos contratos públicos, BASE.gov, nos termos do n.º 1 do artigo 465.º do CCP - 0,25 valores pela identificação da obrigatoriedade de publicação e 0,25 valores pela apresentação da disposição legal.
- ix) Referência à obrigatoriedade de sujeição do contrato a visto prévio do Tribunal de Contas e respetiva fundamentação legal, cfr. Alínea b) do n.º 1 do artigo 46.º e n.º 1 do artigo 48.º, ambos da Lei Orgânica e de Processo do Tribunal de Contas (LOPTC), aprovada pela Lei 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual - 0,25 valores se referir que está sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas e 0,25 valores pela identificação de cada norma legal aplicável.
- x) Identificação da possibilidade de produção de efeitos do contrato antes do visto, em virtude do seu valor ser inferior a €950.000,00, cfr. n.º 4 do artigo 45.º da LOPTC, à *contrário* - 0,25 valores pela identificação da possibilidade e 0,25 valores pela apresentação da disposição legal.